



POR PEDRO FERNANDES DE TOLEDO PIZA

Advogado e consultor ambiental, auditor e especialista em ESG, também colaborador como colunista da revista *O Papel*.
E-mail: pedrotoledopiza@gmail.com

ESG É UMA MODA OU VEIO PARA FICAR?

Caras(os) leitoras(es), desde a retomada à normalidade no pós-pandemia, venho notando que os temas socioambientais relevantes, em especial os debates e as falas de executivos e profissionais, estão focados na sigla ESG – *Environmental, Social and Governance* (definição da sigla em Inglês).

Minhas impressões iniciais sobre ESG foram de que havia o uso um tanto generalista e superficial, resultado talvez da novidade alardeada pelo *marketing* padrão. Diante desse *frisson*, procurei manter um olhar técnico sobre o tema do ESG e ocupei-me de avaliar questões pontuais sobre a história, fundamentos, relatórios institucionais, métricas do ESG, e algumas tentativas de regulação.

Passado o *frisson* inicial, provocado pelo assunto, a meu ver já é possível separar o joio do trigo quando o assunto é ESG. Neste artigo, vamos abordar a questão: “ESG é uma moda ou veio para ficar?” Já estamos na terceira década do século 21, e conferir a uma empresa o título ou selo ESG depende de alguns requisitos que estão se tornando cada vez mais sólidos.

Cada vez mais, empresas diversas – instituições financeiras, logística, telecomunicações, energia, automobilística, alimentos e bebidas etc. – procuram entrar no rol das companhias ESG. Mas como afirmar que uma empresa é ESG? Quem decide se uma companhia pode ou não usar o selo ESG são as bolsas de valores, os fundos de investimento e as consultorias que produzem índices de ações (a S&P, por exemplo). Estes *players* têm importância enorme, uma vez que são eles os responsáveis por exigir que as

companhias prestem contas sobre o que elas estão fazendo intramuros e extramuros; o que as companhias fazem pela sustentabilidade, pelo social e o que há de governança corporativa.

A meu ver, o aspecto mais relevante de toda a temática ESG é que o papel do Estado, enquanto administrador público, é zero. Pois é, zero! O Estado não exerce qualquer influência no processo de tomada de decisão de uma empresa ser considerada ESG ou não. A iniciativa de adotar uma postura ESG parte da própria companhia, que tem interesse em promover a sua imagem e consequentemente valorizar suas ações no mercado.

De maneira objetiva, para ser ESG, alguns princípios básicos devem ser seguidos pela companhia para que esta seja assim classificada. (*Observe o quadro abaixo*)

A verdade é que o tema não é tão novo quanto parece. Sim, ele foi publicado em 2005, quando o secretário geral da ONU – Kofi Annan –, literalmente intimou executivos e investidores a ponderar questões sociais, ambientais e de “governança” nas suas análises e processos de tomadas de decisão nas companhias de mercado.

Com isso, Kofi Annan fez um grande favor ao mercado da sustentabilidade e principalmente em relação a projetos que teriam sua viabilidade questionada. Explico: ele retirou o peso enorme que pairava sobre o pilar “Econômico” do *triple bottom line* e jogou aos leões a questão da governança. Ou seja, as expressões, como: “é preciso quebrar os ovos para se fazer a omelete”, ou “o interesse econômico sempre prevalece sobre assuntos socioambientais” perderam efeito, e as questões de viabilidade econômica e financeira passaram a ser tratadas internamente pelas corporações.

PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA CLASSIFICAÇÃO ESG

Ambiental	Social	Governança corporativa
<ul style="list-style-type: none"> • Proteger os recursos naturais presentes na sua matriz de materialidade • Enfrentar as mudanças climáticas • Reduzir consumo de energia e empregar fontes renováveis • Trabalhar a redução da geração de resíduos dentro da sua matriz produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar direitos humanos, promover a diversidade dentro da corporação e coibir abusos e assédios • Condições adequadas de trabalho, com foco no combate ao trabalho infantil e análogo à escravidão • Foco na saúde e segurança dos colaboradores 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho de Administração independente • Transparência com todos acionistas e respeito aos minoritários • Manter a remuneração dos executivos em níveis racionais e compatíveis com o mercado do setor • Combater e eliminar práticas de suborno e corrupção

Isso passou a se intensificar cada vez mais e disparou quando o então CEO e presidente da BlackRock, Larry Fink, marcou um gol de placa ao afirmar que a sustentabilidade seria o *drive force* para as decisões de investimento do grupo BlackRock a partir dali. Para dar exemplo, ele vendeu 500 milhões de dólares em ativos relacionados a combustíveis fósseis. Pessoalmente, reconheço que o ESG assumiu a importância que tem após esse fato.

Ora, a partir daí, os fundos de investimento passam a propagar aos quatro ventos que estão investindo em companhia ESG e isso se tornou um dogma do mercado financeiro, o que leva à seguinte questão: podemos dizer que todas as companhias se tornarão ESG um dia? Ainda é cedo para falar sobre isso, mas a questão mais relevante é pensar que o reconhecimento de ser ESG é muito mais do que própria imagem pública da companhia.

Criar selos, títulos ou certificações não é notícia nova, principalmente para o setor de celulose e papel, ou mesmo de base florestal (Índice de Governança Corporativa – IGCT, Índice Carbono Eficiente – ICO₂, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE todos da B3 são exemplos presentes em nosso dia a dia).

Cite-se o S&P/B3 Brasil ESG que foi o pioneiro no Brasil e com ele veio o primeiro fundo de índice ESG no mercado nacional (obra do BTG Pactual). Gosto de fazer uma comparação com o mercado de carbono, que hoje movimenta valores consideráveis, mas que está vivo e vai muito bem, obrigado, graças ao mercado voluntário. Críticas ao Acordo de Paris e ao Protocolo de Kyoto à parte, eles tiveram o mérito de fomentar o mercado voluntário.

Por sua vez, o ESG não possui uma regulação única ou métodos e padrões uniformizados em nível global. O que percebo é que ao longo dos anos, empresas vieram a ocupar esse “gap” com o objetivo de avaliar os dados divulgados pelas empresas e criar métricas que possam ser comparáveis entre as companhias. Ao falar de nivelamento de informações, vale mencionar a *Global Report Initiative* – GRI – e lembrar sua importância. Os relatórios GRI são muito mais do que uma simples compilação de dados esparsos; para a GRI, a sustentabilidade é um modelo de negócio estratégico, uma ferramenta de gestão corporativa. Ora, ao se avaliar a materialidade, tem-se uma ferramenta de gestão de riscos e permite que a companhia se relacione com os *stakeholders* de maneira transparente.

Para trazer para a realidade do nosso dia a dia, vamos pensar em gestão de carbono e a sustentabilidade como um negócio: um relatório ESG que seja robusto e tenha a estrutura de um GRI, por exemplo, será eficiente para apontar redução de custos operacionais, para situar o *player* entre os demais do mercado e mostrar o quão competitiva essa companhia pode se e se tornar, atraindo e retirando talentos profissionais e realizando uma gestão dos riscos de forma adequada.

Ao se dizer que o ESG veio para ficar, consigo entender friamente que isso é uma verdade, devido aos fatores acima explicitados. A determinação da materialidade para uma companhia deve considerar impactos econômicos, sociais e ambientais que ultrapassam o limite da capacidade de atender às necessidades do presente sem compro-

meter as gerações futuras. Estamos falando, portanto, que o foco da materialidade é mais amplo que o foco conferido à materialidade financeira.

Não é à toa que o mercado financeiro abraçou o tema sustentabilidade com tanto vigor. Um profissional do mercado financeiro que conseguir interpretar a materialidade como estratégia de gestão tem um talento extraordinário, ou seja, como uma companhia reconhece OPORTUNIDADES e RISCOS e como age em relação a eles, criando, preservando ou depreciando seu valor.

Estamos falando de transparência corporativa, isto é, quando uma empresa se torna ESG ela está se comunicando de forma eficiente com os *stakeholders*, principalmente, com o seu cliente final que é a sociedade. Ao avaliar relatórios ESG e de sustentabilidade, cito aqui itens essenciais que devem ser observados:

1. Estabelecer, claramente, suas metas e objetivos dentro de um período.
2. Identificar os principais desafios da sua empresa nas áreas ambiental e social.
3. Preparar um estudo de materialidade para identificar os principais KPIs do seu relatório.
4. Estabelecer um método consistente para a coleta de dados.
5. Analisar os resultados de forma compartilhada e buscar consenso nos entendimentos dos impactos.
6. Identificar os resultados mais impactantes (positivos/negativos) para sua operação.
7. Preparar o relatório com uma linguagem que atinja os seus *stakeholders*.

Entre estes aspectos, o que mais me causou espanto em alguns relatórios foram os indicadores de performance (os chamados KPI “*key performance indicators*”, em Inglês). Penso que devemos ter uma base muito objetiva (identificar problemas, definir prioridades e trabalhar oportunidades de melhoria). Um KPI deve ser capaz de medir a distância entre uma META e um RESULTADO.

Imagine um relatório devidamente estruturado e com KPIs realistas. Este documento transmite confiança e credibilidade aos *stakeholders* e, conseqüentemente, ao mercado; fortalece a reputação da companhia; mantém e pode ampliar sua “*license to operate*”; atrai e retém talentos; é capaz de medir e acompanhar o seu desempenho; aprimora seus sistemas de gestão; faz a gestão da informação e integra as estratégias da organização; antecipa, alerta e gerencia riscos e oportunidades; traz uma visão de futuro e de inovação.

Ser ESG e saber comunicar isso com precisão trará equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade. A resposta à questão inicial é: Sim, o ESG veio para ficar. ■